



SET-03

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 19 de setembro de 2018.

Plantão da Direção Nacional: Ademar Sena, Euflausino, Luisão, Melissa, Naara Aragão.

Em atividade em Brasília pelo CNS/FENTAS: Jupiara Castro.

INFORME NACIONAL

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA REALIZADA NOS DIAS 14 a 16 DE SETEMBRO NO AUDITÓRIO FACULDADES DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – UNB – BRASÍLIA/DF.

ENTIDADES PRESENTES: 36

NÚMERO DE DELEGADOS INSCRITOS: 140 DELEGAD@S CREDENCIAD@S

Pauta: Informes nacionais e da Direção Nacional; apresentação dos programas de governo dos candidatos a Presidente da República; substituições na Direção Nacional; debates de conjuntura; informes de base; calendário, encaminhamentos e outros.

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA

O golpe de estado, que sustenta um governo ilegítimo e com o menor índice de popularidade da História e que se propõe a realizar o trabalho sujo: retirar todos os direitos conquistados pela classe trabalhadora, além de entregar o país ao capital estrangeiro. Os golpistas PMDB, PSDB, DEM e outros partidos fisiológicos, que constituem o Centrão no Congresso Nacional, se aliaram para tirar da presidência uma mulher legitimamente eleita.

Na reta final de seu mandato, o governo ilegítimo de Temer não consegue tirar o país da crise que atravessa desde 2015. Com o índice de desemprego em 13,1%, ou seja, cerca de 14 milhões de trabalhadores(as) sem emprego, aumentou o grau de pauperização das famílias brasileiras, elevando o grau de violência e das demais mazelas sociais. A política privatizante do governo transforma os investimentos públicos em “gastos a serem enxugados”.

Os dois últimos anos aumentaram nossa dependência ao capital internacional. O golpe foi dado não só para retirar direitos e aumentar o nível de exploração, mas em meio à grave crise capitalista, Temer foi empossado com a missão de acelerar a

entrega de riquezas estratégicas, como o petróleo, estatais e bancos públicos. O Brasil é peça-chave na economia mundial, tanto por seu mercado consumidor e o papel que ocupa na região, como pelas suas riquezas – petróleo, minério, terras, água e a biodiversidade.

A ordem do governo é mudar o modelo de Estado, sendo assim, realiza o desmonte do serviço público, com impactos profundos na execução das políticas públicas e sociais, transformando tudo que é público em privado, numa tentativa de culpabilização do trabalhador pela crise econômica.

O desmonte do Estado se intensifica com os ataques ao serviço público, consolidado com a Emenda Constitucional (EC) 95, que institui o chamado Novo Regime Fiscal (NRF), instituindo uma regra para as despesas primárias do Governo Federal com duração para 20 anos e possibilidade de revisão – restrita ao índice de correção – em 10 anos. Assim, o novo regime fiscal implica um congelamento real das despesas do Governo Federal, que pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao PIB e ao número de habitantes (devido ao crescimento da população ao longo dos anos). Essa drástica redução da participação do Estado na economia é representativa de outro projeto de país, outro pacto social, que reduz substancialmente os recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde, educação, previdência e assistência social. Nesse novo pacto social, transfere-se responsabilidade para o mercado no fornecimento de bens sociais. Trata-se de um processo que transforma direitos sociais em mercadorias.

Recentemente, podemos observar qual o reflexo desta política desastrosa de congelamento dos gastos, o incêndio que destruiu cerca de 90% do patrimônio histórico e cultural do Museu Nacional do RJ.

Na esteira da EC 95, o governo, apoiado pelos partidos que fizeram parte do golpe - DEM, PSDB e outros partidos fisiológicos que constituem o "centrão" no Congresso -, continua baixando medidas provisórias e instruções normativas que atacam frontalmente nossos direitos. Nesta semana foi editada a Instrução Normativa 02, que ataca o direito às 30 horas e impõe o registro de frequência.

Para aprovar em lei todos seus ataques, como o caso das terceirizações nas atividades fins, Temer mantém as relações com o STF fazendo acordos como o aumento do salário dos ministros do Supremo em 16,38% em troca do auxílio moradia. Já para o conjunto dos servidores mantém o congelamento salarial.

O último ato do golpe culminou com a prisão de Lula, que era um dos pré-candidatos que lideravam as pesquisas, fortalecendo o campo mais conservador na corrida presidencial. O cenário político nesta eleição pode acelerar os ataques ao serviço público ou criar um polo de resistência ao desmonte do Estado, dependendo de quem chegar ao Palácio do Governo. Dentre as treze candidaturas à sucessão presidencial, a grande maioria defende a mesma política aplicada por Temer, de entrega de nossas riquezas, colocando o país de volta ao período colonial. Vivemos a era dos extremos na política nacional e o crescimento da direita conservadora, que se materializou em um candidato com chances reais de disputa no segundo turno.

Resistindo a este movimento, a FASUBRA, em seu último congresso, aprovou que as entidades de base devem apoiar as candidaturas do campo da esquerda para a

presidência e nenhum apoio a candidatos para o Parlamento que votaram contra o serviço público e a retirada de direitos. Para tanto, a FASUBRA se coloca junto com as demais entidades do serviço público, em estado de alerta e mobilização permanente, pois é necessária atenção no período pós-eleição, tendo em vista o risco do governo e o Congresso Nacional aproveitarem a lacuna política durante o período de transição para aprovarem as demais contrarreformas.

É necessário criar condições de enfrentamento no Congresso Nacional e um polo de resistência nas ruas e cobrar do novo governo seu compromisso público em aprovar reformas profundas que estejam em sintonia com os anseios dos trabalhadores (as) brasileiros(as) e medidas capazes de retomar o desenvolvimento, a distribuição de renda e a geração de empregos. Diante disso, é fundamental construir um calendário para este enfrentamento.

Assim, a Plenária da FASUBRA indica:

- Caso seja necessário que a DN da FASUBRA convoque uma plenária logo após a eleição;
- Que as entidades de base participem das construções dos fóruns estaduais dos servidores públicos e fóruns estaduais populares de educação;
- Que as entidades de base participem da Plenária do Fórum Nacional Popular da Educação [29 e 30 de novembro], importante agenda dos setores progressistas da educação que visa apontar caminhos para a resistência para o setor da educação;
- Que a FASUBRA construa jornada de lutas na primeira semana de outubro, tendo o dia três de outubro como dia nacional de paralisação contra os ataques dos órgãos de controle e a favor do reposicionamento dos aposentados, com atos nas universidades na frente das reitorias;
- Que a FASUBRA participe ativamente da campanha pela revogação da EC 95;
- Que a FASUBRA indique à base o voto em candidaturas ao Executivo (presidente e governadores) e ao Parlamento (deputados e senadores) que estejam no campo da esquerda e que defendam a democracia, antagonizam com o golpe, com o desmonte do Estado, dos serviços públicos e das empresas estatais;
- Que a FASUBRA atue contra as candidaturas de parlamentares que defendam pautas fascistas e/ou que votaram contra o serviço público e os direitos dos trabalhadores;
- Que a FASUBRA oriente as entidades de base a mobilizarem contra os ataques à liberdade de manifestação política e atividades sindicais. Lutar para revogação do artigo 36 do IN;

- Que a FASUBRA entregue uma plataforma de reivindicações a todos as candidaturas à presidência à esquerda.

ENCAMINHAMENTOS DA PLENÁRIA:

- 1) Que a FASUBRA faça uma campanha nacional pela estruturação e fiscalização das CIS, apoiando-as nos IPE e UFs). A Direção Nacional, em conjunto com a CNSC e em consonância com o debate realizado durante o Fórum Nacional da CIS, enviará documento para as administrações das Instituições Públicas de Ensino, cobrando a criação da CIS, bem como a disponibilização de infraestrutura para o seu funcionamento, como determina a legislação.
- 2) Reivindicar a regulamentação por lei da jornada flexibilizada de 30 horas sem redução de salários a fim de garantir a isonomia entre os técnico-administrativos das IPE.
- 3) Lutar pela revogação da obrigatoriedade do controle eletrônico de frequência estabelecida pela IN nº 2/2018 –SGP/MPDG.
- 4) Convocar urgentemente reunião do Coletivo Jurídico da FASUBRA para unificar as ações políticas contra as IN1 e IN2 de 12 de setembro e Decreto 9498 de 10 setembro de 2018. E que seja articulada uma reunião também com o conjunto do funcionalismo através dos fóruns FONASEFE e FONACATE.
- 5) Recomendar a participação da base da FASUBRA nos atos estaduais “Mulheres contra o Fascismo”.
- 6) Que a FASUBRA reitere a importância da participação de suas entidades de base no Seminário da Mulher Trabalhadora da FASUBRA, em outubro de 2018.
- 7) Ratificar a defesa da democracia nas IPE exigindo do MEC a nomeação da chapa vencedora na UFTM encabeçada pelos professores Fabio e Patrícia.
- 8) Que a FASUBRA solicite uma reunião com o MPOG para acompanhar o projeto piloto de insalubridade.
- 9) Que a direção da FASUBRA organize um resumo com as principais propostas dos candidatos, destacando os temas relacionados a saúde, educação, serviços públicos e privatizações. Disponibilizar link da proposta completa dos candidatos e disponibilizar no site da FASUBRA.
- 10) Enviar, aos candidatos à presidência, a pauta da FASUBRA, com destaque à paridade entre ativos e aposentados.

Foram aprovadas as seguintes moções:

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES DO HC DA UFPE.

Nós, trabalhadores técnico-administrativos em Educação reunidos em Brasília nos dias 14 a 16 de setembro na Plenária Nacional da FASUBRA Sindical, apoiamos a luta dos(as) trabalhadores(as) da UFPE, em particular do HC (Hospital das Clínicas), pela manutenção de carga horária acordada na UFPE. O HC, administrado pela EBSERH, descumpra o acordo de dez plantões e impõe o 11º plantão. Sendo assim, mais um ataque aos (as) trabalhadores (as) e à autonomia universitária. Unidos somos mais fortes. Força!

MOÇÃO DE APOIO AOS MILITANTES DA UNIDADE POPULAR NA LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO PARTIDO.

As companheiras e companheiros delegados da Plenária Nacional da FASUBRA Sindical realizada nos dias 14 a 16 de setembro saúdam e parabenizam os militantes da Unidade Popular que, com muito esforço, conseguiram superar os limites impostos pelas novas regras de formação de partido e atingiram um milhão e duzentas mil assinaturas para a legalização do partido, fortalecendo o campo de representação política dos trabalhadores e trabalhadoras.

MOÇÃO DE APOIO À DEFESA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO NA UNILA.

Defesa do processo democrático na UNILA, que está sob ataque de grupos que não têm interesse em consultar a comunidade e estão tentando usurpar o direito da UNILA de escolher sua reitora ou reitor pela primeira vez em quase uma década de existência.

MOÇÃO DE APOIO PELAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO DE MÃES E PAIS DO MOVIMENTO SINDICAL DO SINTUFEJUF.

Moção de apoio às políticas de inclusão de mães e pais no movimento sindical através de uma estrutura dentro do SINTUFEJUF, com brinquedoteca, biblioteca e recreadores chamada "espaço lúdico e educativo Maria Firmina dos Reis", que custou o equivalente a 3 (três) reais por cada sindicalizado do SINTUFEJUF.

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES DA UEPB EM MOVIMENTO PAREDISTA HÁ MAIS DE 40 DIAS.

A Plenária Nacional da FASUBRA apoia a luta dos trabalhadores da UEPB em movimento paredista legítimo e solicita a abertura de negociação imediata do governo do estado da Paraíba com os trabalhadores da UEPB, em greve há mais de 40 dias.

MOÇÃO DE APOIO À TÉCNICA ADMINISTRATIVA JULIANE DE OLIVEIRA, DA UFSC.

Os técnicos administrativos em educação, reunidos na Plenária da FASUBRA nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2018, manifestam o seu apoio e solidariedade à trabalhadora da Universidade Federal de Santa Catarina, Juliane de Oliveira, que está sofrendo um injusto processo de exoneração.

Juliane de Oliveira foi prejudicada em sua análise de estágio probatório por uma série de vícios e inconsistências que levaram a sua exoneração. A servidora foi

submetida a trabalhar em setor insalubre, mesmo apresentando atestados médicos que indicavam seu problema de saúde na condição de lactante.

Em um processo sem respeito aos prazos e sem comprovação de fatos, a servidora teve negado o seu direito à ampla defesa e contraditório, suprimindo garantias fundamentais previstas na Constituição Federal. É evidente a falta de isonomia na avaliação de estágio probatório na UFSC, que garanta cinco instâncias recursais aos docentes e nenhum aos TAEs.

Sendo assim, repudiamos a arbitrariedade cometida pela administração da UFSC e conclamamos que o Conselho Universitário, a primeira instância para a qual a servidora tem oportunidade de recorrer, acate seu pedido e reverta essa injustiça.

MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE AO SENHOR ANTÔNIO DE SOUSA PEREIRA, TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA UNIFESP.

Os servidores técnicos administrativos em Educação, reunidos em Plenária nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2018, vêm por meio desta moção prestar apoio e solicitar à magnífica reitora, Soraia Soubhi Smaili, da Universidade Federal de São Paulo, o arquivamento do processo administrativo contra o servidor Antônio de Sousa Pereira, por entender que a representação sindical é uma atividade que traz muitos dissabores no campo das negociações políticas, não sendo justo que ao final de cada mandato o ex-diretor, aqui citado, venha a sofrer sanções administrativas.

MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS AÇÕES ARBITRÁRIAS DA GESTÃO DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFPR.

Em reunião no Conselho de Administração do Hospital das Clínicas da UFPR foi comunicado pela superintendente que, com a suspensão do pagamento de APHS, seria necessário fechar 65 leitos. E, como medida para amenizar esses fechamentos, a direção do hospital começou a remanejar os(as) trabalhadores(as) para outras unidades sem consentimento dos mesmos. Tal mudança está sendo realizada utilizando alguns argumentos como "vamos reformar a unidade e assim precisamos remanejá-los". Esta atitude coloca as servidoras e servidores expostos à arbitrariedade do remanejamento e deixa a comunidade usuária do HC sob risco de não atendimento.

A FASUBRA repudia o tratamento dado às trabalhadoras e trabalhadores do HC UFPR e a ameaça de fechamento de leitos e interrupção de serviços à comunidade como forma de justificar a política desastrosa de recursos humanos da EBSEH.

MOÇÃO DE REPÚDIO À REITORIA DA UFF POR NÃO RESPEITAR DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE 30 HORAS.

Repúdio ao reitor da Universidade Federal Fluminense, Sidney Mello, por não acatar a deliberação da Comissão de 30 horas, aprovada por consenso entre seus participantes. A comissão está composta de forma paritária, tendo representação dos TAEs e reitoria.

MOÇÃO DE REPÚDIO À APROVAÇÃO PELA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS DA LEI QUE INSTITUI O PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO”.

A FASUBRA Sindical repudia a aprovação, pela Câmara de Vereadores do Município de São Lourenço do Sul – RS, da lei que institui no âmbito daquele município o programa “Escola Sem Partido”, e ao vereador Salvador, do MDB, que levou o projeto para votação em Pelotas no dia 18 de setembro de 2018.

O programa “Escola Sem Partido” é basicamente uma iniciativa dos grupos ultraconservadores de direita e insere-se no contexto em que o governo ilegítimo de Michel Temer tem crescido suas investidas contra os direitos sociais, dentre eles o direito à educação e à liberdade de ensinar e aprender, previstas na Constituição Federal de 1988 e na LDB, como fruto da luta dos movimentos sociais.

Repudiamos a aprovação da lei porque, sob o lema de “uma escola sem partido”, impõe uma escola da mordaza, apostando numa educação descontextualizada, singular, preconceituosa e acrítica, baseada na farsante “neutralidade do conhecimento científico”. Tudo isso implica necessariamente na despolitização da classe trabalhadora, enfraquecimento de sua massa crítica, fragilização dos direitos sociais e humanos e degradação da natureza.

Reafirmando que recentemente a FASUBRA participou de mobilização que derrotou a investida de aprovação de lei semelhante em âmbito federal, esta Federação vem a público manifestar o seu repúdio no intuito de exigir que, onde for apresentado, o Legislativo se coloque contra, até porque o projeto foi considerado inconstitucional.

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS SERVIDORES DA UFABC PELA CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO (CIS).

Nós, delegados e delegadas de todas as entidades da educação pública representadas pela FASUBRA, reunidas nos dias 14, 15 e 16 na Universidade de Brasília (UnB), vimos por meio desta representar o profundo espanto, tristeza e pesar ao tomar ciência da condição de atraso em que se encontra a criação da Comissão Interna de Supervisão (CIS) na Universidade Federal do ABC.

Esta é uma necessidade de suma importância e urgência para todas as instituições do serviço público e, apesar de não ter anterior respaldo pelas administrações pregressas, acreditamos que, aprovado hoje, nos termos específicos do que tange a lei de sua criação (PCCTAE – Lei de nº 11091 de 2005 no artigo 22, parágrafo 3, instituído pela portaria do MEC nº 2519 de 2015) é o mínimo necessário para a reparação das arbitrariedades e abandono que a administração outrora tratava à categoria técnica administrativa na UFABC. Criação da CIS na UFABC já! Juntos somos fortes!

MOÇÃO DE REPÚDIO À DEMISSÃO DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFS

Os técnicos administrativos em educação manifestam total repúdio à perseguição política e, conseqüentemente, demissão dos trabalhadores que prestam serviços à Universidade Federal de Sergipe vinculados à empresa Real Service. A demissão dos funcionários desta empresa atesta a livre prática do assédio moral dentro da instituição e perseguição àqueles que exercem o direito legítimo de reivindicar seus direitos trabalhistas, bem como a liberdade e prática sindical.

A empresa Real Service adota posturas incoerentes com a legislação trabalhista no âmbito da prestação de serviços à universidade, sendo estas infrações graves, objeto de denúncia do SINTUFS ao Escritório de Fiscalização de Contratos (EFISCON) da UFS e ao Ministério Público do Trabalho.

Em decorrência do não pagamento de direitos trabalhistas corretamente, alguns trabalhadores que reivindicavam o que lhes era devido passaram a sofrer constantes retaliações e ameaças de dispensa do serviço, sem nenhuma possibilidade de reintegração, caso tivessem qualquer tipo de contato com o SINTUFS. Conforme ameaça, este fato foi concretizado no dia 05/07/18 e, de forma, no mínimo, constrangedora e desrespeitosa – uma vez que alguns trabalhadores foram impedidos até de retornar aos seus setores de trabalho para devolver as chaves que mantinham consigo e pegar os seus objetos pessoais.

Ressalta-se, sobretudo, que a UFS não é de propriedade da empresa Real Service, sendo, portanto, arbitrário e ilegal o impedimento do acesso dos funcionários aos espaços públicos da UFS. Além da suspensão do pagamento do vale-alimentação, estavam descontando os dias de atestado ou acompanhamento médico, além da manutenção de servidoras há mais de seis anos trabalhando sem receber o seu direito à insalubridade.

Ressaltamos, por fim, que a empresa Real Service continua impunemente concorrendo aos Editais de Licitação abertos pela UFS para prestação de serviços. No entanto, exigimos das autoridades da UFS que as condições de trabalho sejam devidamente garantidas pelos setores de fiscalização, sob pena de conivência com as práticas de humilhação, perseguição e demissão dentro da própria UFS.

NENHUM TRABALHADOR A MENOS!

Informe de Base:

Em tempo ressaltamos que os informes de base apresentados por escrito na Plenária Nacional estão sendo disponibilizados na página da FASUBRA na seção de informes, na opção "informe de base".

REUNIÃO COM A ANDIFES SOBRE A IN Nº 02 DE 12 DE SET DE 2018

Informamos que foi solicitada pela FASUBRA, ANDES e SINASEFE uma reunião com a ANDIFES para discussão da Instrução Normativa nº 02 de 12 de setembro de 2018, e a mesma deve ser agendada nos próximos dias. Em tempo, orientamos como de suma importância as entidades de base da FASUBRA realizarem atos e reuniões para pressionar as reitorias contra esta Instrução Normativa, primando assim pela autonomia universitária.

V ENCONTRO NACIONAL DAS(OS) APOSENTADAS(OS), APOSENTANDAS(OS) E PENSIONISTAS



A Coordenação de Aposentados(as) e Assuntos de Aposentadoria alerta os Sindicatos de Base que em setembro, nos dias 27, 28 e 29, acontecerá o V Encontro Nacional de Aposentadas(os) e Aposentandas(os), em Brasília. Durante a Plenária da FASUBRA no dia 14 de setembro, a Coordenação de Aposentados(as) e Assuntos de Aposentadoria, dentro da nova formatação do evento, reuniu com os companheiros aposentados(as) e algumas preocupações ficaram claras: o reposicionamento dos aposentados, que está sendo ameaçado, o ataque que as universidades vêm sofrendo para retirada de direitos que foram adquiridos ao longo da vida funcional, a desvinculação dos(as) aposentados (as) da folha de pagamento dos trabalhadores que ainda se encontram em atividade, programas de preparação para a aposentadoria e democratização nas universidades.

Todos esses assuntos foram discutidos e serão aprofundados no Encontro Nacional de Aposentadas(os) e Aposentandas(os) da FASUBRA, que acontecerá em Brasília, de 27 a 29 de setembro do corrente ano.

A formatação do encontro privilegia todos esses assuntos, pois no primeiro dia pela manhã teremos na mesa a coordenação anterior, Maria Loura e Darci, e os representantes da coordenação atual da FASUBRA. Na parte da tarde a coordenação jurídica da FASUBRA, com o advogado Luís Fernando, vai esclarecer a parte jurídica de todas as reivindicações, e os participantes poderão fazer questionamentos.

No segundo dia (28) pela manhã, teremos o advogado da OAB, Diego Cherulli, falando sobre os planos de saúde e o Estatuto do Idoso. Ele vai fazer uma explanação sobre os abusos dos planos de saúde, pois o consumidor é a principal vítima desse sistema que só privilegia a empresa e dá pouca importância à saúde das pessoas. À tarde teremos a TAE Lázara Ribeiro, da Universidade Federal de Goiás, que fará uma palestra sobre o uso de substâncias psicoativas por pessoas idosas, violência contra a pessoa idosa e família no estágio tardio de vida. A TAE e escritora, Maria Ferreira, também da UFG, falará sobre qualidade de vida e preparação para a aposentadoria.

No dia 29 pela manhã teremos uma mesa muito especial, com os colegas Léia Oliveira, Jupiara Castro, Heloísa Helena, Charles Brasil, Sandra Ramos e Cristiano Zenaide Paiva, que falarão sobre as lutas dos(as) aposentados(as) da FASUBRA e a história da Coordenação de Aposentados(as) e Assuntos de Aposentadoria. À tarde, em grupo, vamos produzir a Carta do Encontro, que vai nortear a luta política do próximo ano.

À noite teremos um momento cultural na casa da FASUBRA. Os sindicatos que tiverem grupos artísticos poderão trazê-los para fazer apresentações.

Obs.: A orientação sobre a normativa número 2 será encaminhada às bases após o retorno da assessoria jurídica da FASUBRA.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES 2018

SETEMBRO

27 a 29	Encontro Nacional de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria – Brasília/DF
----------------	--

Outubro

19 a 21	Seminário de Mulheres da FASUBRA - Brasília/DF

Novembro

16 e 17	Reunião das coordenações de esporte das entidades de base da FASUBRA para tratar dos assuntos referentes à Copa e Festival Cultural da FASUBRA – UFPI – Teresina/PI.
---------	--